

Considerações sobre a (in)disciplina no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba – MG

*Anelise Martinelli Borges Oliveira¹, Rosaria Fátima Boldarine²,
Raquel Lazzari Leite Barbosa³*

Resumo:

Este artigo investiga a questão da (in)disciplina no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba (CTPM-Uberaba). A partir da análise do regimento da escola, da aplicação de questionários e de entrevistas discentes, o que se pretende é observar de que forma os participantes do processo educativo no referido colégio observam os procedimentos disciplinares a que estão submetidos, além de tentar compreender qual é o conceito de disciplina preconizado pela escola. A proposta é trazer elementos que contribuam para o entendimento das práticas relativas ao regime disciplinar e inspirar outros pesquisadores, colaborando para a expansão do conhecimento acerca da (in)disciplina no campo educacional brasileiro.

Palavras-chave: Colégio Militar; (in)disciplina; normatizações.

1 Doutora em Educação pela UNESP - Marília/SP. Professora contratada pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Linguagem, Ensino e Narrativa de Professores - GEPLENP/Unesp-Assis/SP.

E-mail: anelisemartinelli@hotmail.com

2 Doutora em Educação pela UNESP/Marília. Professora do curso de Especialização *Lato sensu* da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Linguagem, Ensino e Narrativa de Professores - GEPLENP/Unesp-Assis/SP.

E-mail: rosariaboldarine@gmail.com

3 Professora adjunta na Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/Assis/SP e professora orientadora do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/Marília/SP. Coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Linguagem, Ensino e Narrativa de Professores - GEPLENP/Unesp-Assis/SP.

E-mail: raqueleite@uol.com.br

Considerations about (in)discipline in Polícia Militar de Uberaba Colégio Tiradentes

*Anelise Martinelli Borges Oliveira, Rosaria Fátima Boldarine,
Raquel Lazzari Leite Barbosa*

Abstract:

This article investigates the question of the (in)discipline in Polícia Militar de Uberaba Colégio Tiradentes da (CTPM – Uberaba). From the analysis of the school statute, the application of questionnaires and the interviews with students, we observed in what ways the participants of the educational process in that school watch the disciplinary procedures to which they are submitted. In addition to this, we tried to understand what concept of discipline is professed by the school. The proposal is to bring elements that contribute to the understanding of the practices related to the disciplinary regime and to inspire other researchers, collaborating to the expansion of knowledge about the (in)discipline in Brazilian educational field.

Keywords: Militar School; (in)discipline; standardizations.

1 Introdução

O fenômeno da (in)disciplina na escola é um tema que está bastante presente nos debates do campo educacional. Suas causas e consequências são objeto de reflexão por pesquisadores que procuram compreender os fatores que levam a condutas tidas como indisciplinadas.

Diante dessa perspectiva, o que pretendemos é discutir a (in)disciplina no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba (CTPM-Uberaba), atentando para sua ocorrência e suas causas, bem como para a própria intencionalidade dos discentes em agirem disciplinarmente, devido ao receio de serem punidos.

Considerando que a questão da (in)disciplina transcende os muros escolares, sem pretender se posicionar diante da normatização disciplinar do CTPM-Uberaba, o presente artigo tem como objetivos principais problematizar a questão da in(disciplina), a partir do regimento da instituição e do posicionamento dos próprios participantes da escola, e observar qual conceito de disciplina é preponderante no CTPM-Uberaba.

A metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho é de cunho qualitativo, por buscar pesquisar os fenômenos educacionais por meio da compreensão das práticas escolares cotidianas. Assim, como forma de se coletar dados sobre a (in)disciplina no colégio pesquisado, este artigo faz uso da análise de documentos – Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014) e questionário respondido por uma orientadora educacional do colégio – e da entrevista com uma ex-aluna que lá estudou nos anos de 2007 a 2013.

Com a finalidade de obter mais conhecimento sobre como a temática da (in) disciplina escolar está sendo discutida nos trabalhos acadêmicos, foi feito um breve levantamento da produção acadêmico-científica brasileira de 2014 a 2017. O recorte temporal deu-se em decorrência de ser um período recente, marcado por considerável aumento dos trabalhos acadêmicos acerca dessa temática.

Levaram-se em consideração, neste artigo, as produções acadêmico-científicas brasileiras que integram teses de doutorado e dissertações de mestrado e periódicos com Qualis reconhecidos pela CAPES, os quais tratam do tema (in)disciplina escolar.

Foram consultados os seguintes acervos digitais da Internet, disponíveis online: bibliotecas digitais das instituições USP, UNESP, UNICAMP, UNB, UFMG, UFRGS e UFRJ; coleta de dados pelo Google e Google Acadêmico; Base de Dados *Scientific Electronic Library* (SCIELO).

Em todos os acervos digitais foram utilizadas as expressões de busca “indisciplina”, no campo descritor de assunto. No que diz respeito ao critério de seleção, priorizou-se trabalhos inseridos na área da Educação, porém também foram selecionados textos de outras áreas, como forma de se ter um panorama acerca dessas produções.

O quadro a seguir apresenta o levantamento das produções pesquisadas.

Quadro 1 – Teses de doutorado, dissertações de mestrado e periódicos com *Qualis* reconhecidos pela CAPES sobre indisciplina escolar, de 2014 a 2017

MODALIDADE	ANOS			
	2014	2015	2016	2017
Teses	04	01	02	--
Dissertações	05	03	03	05
Periódicos com <i>Qualis</i> reconhecidos pela CAPES	12	07	19	05
TOTAL	21	11	24	10
TOTAL GERAL	66			

Fonte: Dados da pesquisa

Tendo em vista o levantamento das temáticas contempladas, 61 produções concentram-se na categoria Educação; 04, na categoria Psicologia; e 01, na categoria Ciência da Informação. Portanto, o levantamento permitiu constatar que os trabalhos acadêmico-científicos que tratam da (in)disciplina escolar, de 2014 a 2017, perpassam a área da Educação.

Grande parte dos trabalhos consultados descreve a realidade escolar existente em diversas localidades do Brasil. Com relação aos conteúdos, percebe-se que, em sua maior parte, versam sobre a prática pedagógica em sala de aula, com destaque para as dificuldades em ensinar e em aprender, o currículo escolar, a interação professor-aluno, o fracasso escolar associado à desigualdade social e/ou à violência dentro e fora da escola, o *bullying* e o preconceito (racial, social e de gênero) ligados ao comportamento de transgressão, as formas de avaliação, a gestão escolar, a formação (inicial e continuada) do professor, a resistência do aluno para com o cumprimento da normatização estabelecida no Regulamento da escola e a existência e/ou ausência da autoridade docente.

Ainda no que tange ao tema, também é verificada a exposição de medidas a serem tomadas nas escolas como forma de se diminuir, ou mesmo de se extinguir, a (in)disciplina, quais sejam: reformulação da estrutura curricular; maior participação democrática da comunidade escolar nas decisões da instituição de ensino; valorização profissional docente; formação continuada dos profissionais da escola; melhoria da qualidade das relações na escola, a partir do desenvolvimento da competência inter-relacional para lidar com conflitos; estratégias políticas e pedagógicas de organização escolar destinadas a gestores; mudança na prática pedagógica do professor; reestruturação das práticas avaliativas.

Dentre as produções consultadas, destaca-se, no âmbito da Educação, a tese de doutorado de Juliana Aparecida Matias Zechi, *Educação em valores: solução para a violência e a indisciplina na escola?*, defendida na UNESP, campus Presidente Prudente, no ano de 2014; a dissertação de mestrado de Larissa Maria Felipe Sobrinho, *Um outro olhar sobre a indisciplina escolar: o que ela nos revela da educação moderna*, defendida na UNESP, campus Marília, em 2014; e o artigo de Julio Groppa Aquino, “Indisciplina escolar: um itinerário de um tema/problema de pesquisa”, publicado no periódico *Cadernos de Pesquisa*, em 2016.

Em sua tese de doutorado, Zechi (2014) tem como objetivo a investigação das relações que a escola e seus sujeitos fazem sobre Educação em Valores, a partir do enfrentamento da indisciplina escolar. Para tanto, fez um levantamento de 706 projetos de Educação em Valores em escolas públicas de diversas regiões do Brasil, os quais continham informações sobre questionário aplicado junto a diretores, coordenadores pedagógicos e professores, sendo identificado um total de 193 experiências. Os resultados da pesquisa revelam que, na maioria das escolas, o trabalho com *Educação em Valores* foi motivado em decorrência dos “problemas de convivência entre alunos e destes com professores marcados pelo desrespeito e agressividade”, bem como “a percepção, pelos agentes escolares, da ocorrência de uma “perda” ou “crise” de valores na sociedade e ausência da família enquanto instituição formadora” (ZECHI, 2014, p. 7). Também foi verificado que, na maior parte das escolas, o desenvolvimento dos projetos não ocorre a partir de métodos democráticos de participação dos alunos na construção dos valores, prevalecendo a doutrinação de valores considerados como “corretos” pelos sujeitos da escola que, hierarquicamente, possuem mais poder – direção, coordenação pedagógica e professores.

Felipe Sobrinho (2014), em sua dissertação de mestrado, objetiva compreender o problema da indisciplina escolar a partir da Filosofia da Educação, utilizando os estudos de Hannah Arendt, Michel Foucault e Richard Sennett. Assim, busca fazer uma genealogia da indisciplina escolar como ponto de partida acerca do que ela diz sobre a educação atual, afirmando que o discurso pedagógico em voga traz a ideia de que o fracasso escolar é consequência de problemas com o professor ou com o aluno. Para além dessa concepção, Felipe Sobrinho (2014, p. 55) pontua: “as limitações não são do professor, de seu despreparo ou incapacidade, mas da própria dinâmica de governo da instituição. Também não são do aluno, mas de sua figura idealizada que desconsidera as idiosincrasias e a imprevisibilidade da existência dos indivíduos”.

Em seu artigo, Julio Groppa Aquino (2016) traz um levantamento bibliográfico sobre a indisciplina escolar por meio de 35 artigos publicados em periódicos do Brasil (*Qualis* A1, A2 e B1), no período de 1998 a 2015. A análise dos mesmos se pautou nas modalidades de apreensão dos atos considerados indisciplinados e nas propostas de enfrentamento do problema pelos autores dos artigos. A maior parte dos artigos analisados evidencia estratégias associadas à “convocação salvacionista da conjuntura

educacional no país”, ao considerar a indisciplina escolar como “refém de uma organização pedagógica e/ou institucional defasada, incongruente ou mesmo refratária em relação às ditas exigências do presente democrático” (AQUINO, 2016, p. 687). Os resultados da investigação também mostraram uma idealização da democratização do cotidiano escolar a partir do uso de “palavras de ordem” (AQUINO, 2016, p. 687).

Apesar do levantamento da produção acadêmico-científica brasileira de 2014 a 2017 não ter constatado nenhuma pesquisa que versa sobre a (in)disciplina em escolas mantidas por instituições militares (Polícia Militar, Exército etc.), destacamos alguns estudos no âmbito da Educação: a tese de doutorado de Anelise Martinelli Borges de Oliveira, *Leituras, valores e comportamentos: práticas escolares no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG*, defendida na UNESP, campus Marília, em 2017, e as dissertações de mestrado de Denise Rampazzo da Silva, *Do discurso à prática pedagógica: formas de resistência no Colégio da Polícia Militar*, defendida na USP, em 2008, e de Andrea Reis de Jesus, *Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia – primeiros tempos: formando brasileiros e soldados (1957-1972)*, defendida UFBA, em 2011.

Em sua tese, Oliveira (2017) analisa as práticas escolares presentes no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba enfatizando o estudo sobre a produção dos objetos culturais dos sujeitos produtores e receptores dessa cultura, a partir do conceito de cultura escolar e das contribuições de Roger Chartier. Tem como objeto de análise os valores existentes no colégio, ligados à questão da hierarquia, à padronização da estética discente, em consonância com a cultura militar, à disciplina comportamental e à regulação corporal nas manifestações cívicas, como também as práticas de leitura, a partir dos projetos pedagógicos desenvolvidos na escola, da utilização da biblioteca como local de coerção e da escolha, pelos professores, do que se considera como “boa leitura”. Os estudos da autora mostram que:

[...] a incorporação de algumas normas pelos sujeitos da referida escola, e a tradução delas em códigos comportamentais – como, por exemplo, a marcha militar, a exaltação dos Símbolos Nacionais e o uniforme escolar similar ao das corporações militares –, confere àquele espaço uma identidade própria, cuja especificidade se faz legítima e é entendida, sobretudo pelos agentes produtores de tais singularidades (no caso os militares), como “necessária” (OLIVEIRA, 2017, p. 9).

Por outro lado, ao se analisar as práticas de leitura, a autora observa “certa semelhança com as práticas reveladas em algumas escolas não militares, como já estudado em outras pesquisas, onde a leitura aparece, não raras vezes para o aluno, como um processo instrumental de decodificação e destituído de sentido” (OLIVEIRA, 2017, p. 9).

A pesquisa de Silva (2008) busca compreender a violência juvenil como forma de resistência às normas e às imposições de uma das unidades do Colégio da Polícia Militar do Estado de São Paulo, enfatizando a relação estabelecida entre o imaginário militar do

colégio, pautado na concepção de ordem e de padronização, e o imaginário dionisíaco dos alunos, movido pela ideia do imediatismo juvenil. Partindo do pressuposto de que o modo de ver o mundo dos jovens é oposto ao dos funcionários do colégio pesquisado, a autora destaca a importância do diálogo, no sentido de um bom convívio para ambos.

O estudo de Jesus (2011) tem como objetivo compreender a construção de uma identidade militar no Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia, em Salvador, bem como o tipo de formação oferecida aos seus alunos. O recorte temporal abrange de 1957, data da criação do colégio, até 1972, ano da implementação do regulamento que modificou a organização do ensino no colégio, com base na lei 5.692/71, sancionada no período da Ditadura Militar (1964-1985). Segundo a autora, a incorporação da cultura militar no colégio ocorre por meio da relação do mesmo com a bandeira nacional e com os dois principais símbolos da escola, o hino e o brasão, em que “o exemplo mais observável de patriotismo e conservação da tradição entre os militares podem ser encontrados nos rituais cívicos de culto à bandeira nacional” (JESUS, 2011, p. 70).

Ao considerar os conteúdos da produção acadêmico-científica de 2014 a 2017, bem como produções que abarcam a (in)disciplina em instituições de ensino militares, este artigo insere sua contribuição em uma perspectiva que procura evidenciar o espaço de uma escola pautada nos valores militares, cujos vestuário, comportamento e comunicabilidade são instrumentos utilizados na uniformização do comportamento discente, para que não se descumpram os atos disciplinares.

Sabe-se que a questão da (in)disciplina não é um fenômeno que está presente apenas no universo escolar. Não obstante seja comum a toda a sociedade, devido às diversas relações que o indivíduo estabelece com seu semelhante, a (in)disciplina tem um sentido variante, uma vez que sua significação depende do contexto no qual está inserida.

Em sua definição mais comum, o termo disciplina representa um conjunto de regras/normas regulamentadas por uma instituição (familiar, social, política, religiosa, sindical, escolar, militar etc.), que devem ser seguidas pelo indivíduo/grupo a que se dirigem. A (in)disciplina, nesse sentido, seria a negação da disciplina, ou seja, o não cumprimento das regras/normas estabelecidas.

Para pensarmos sobre a questão da (in)disciplina, podemos iniciar recorrendo a Michel Foucault. Embora não trate especificamente da noção de disciplina ou de indisciplina escolar, é possível pensar seus conceitos para ampliar o olhar sobre o que acontece na escola. Segundo Foucault (1999), o homem, ao longo dos séculos, sempre criou mecanismos para coibir ações que contrariassem a ordem estabelecida. Fogueiras, confissões públicas, atos penais e diferentes tipos de repressões eram impostos a quem infringisse a disciplina. Com o passar dos anos, houve uma mudança no objeto das ações repressivas. A severidade nas punições físicas deu lugar a punições que recaíam sobre as disposições e sobre o intelecto do indivíduo.

Para o autor, a disciplina possui como principal característica o controle sobre o indivíduo e sobre a realização de suas atividades, determinadas por condicionamentos espaciais e temporais, ou seja, a regulação de seu comportamento. A disciplina é, nesse sentido, uma forma de poder individual ou grupal, na medida em que se impõe uma autoridade a partir da limitação, da proibição e/ou da obrigação sobre alguém.

Pode-se afirmar que a disciplina se relaciona com o poder, na medida em que estabelece um conjunto de relações que sempre existiram no interior das sociedades, independentemente do grupo ao qual o indivíduo pertence. De acordo com Foucault (2013), o poder deve ser entendido para além da ideia tradicional de mecanismo estático, em que é única e exclusivamente exercido de cima para baixo. Ao contrário, ele atesta que todas as relações humanas em que um indivíduo tenta dirigir o comportamento do outro são, igualmente, relações de poder.

O poder não reside em ideologias, leis ou instituições; ele se faz presente nas ações que os indivíduos estabelecem; por isso, está em constante movimento e precisa ser pensado “como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação” (FOUCAULT, 2013, p. 104).

O poder possui vários instrumentos de coerção. Dentre eles, está a disciplina, método que vem sendo muito utilizado nos últimos séculos para se controlar as operações do corpo e para estabelecer uma forma de imposição. Assim, em determinadas instituições, ou mesmo nas próprias sociedades, o controle do corpo é feito por meio de proibições que possuem como objetivo impor “uma relação de docilidade-utilidade” e controlar o indivíduo, tanto física quanto psicologicamente. A maior função do poder disciplinar é o adestramento dos corpos:

“Adestra” as multidões confusas, móveis, inúteis de corpos e forças para uma multiplicidade de elementos individuais — pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéticas, segmentos combinatórios. A disciplina “fabrica” indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício. (FOUCAULT, 2013, p. 196).

Ao compartilhar o pensamento de Foucault (2013), Aquino (2011) observa que a disciplina é responsável por proporcionar a sujeição do corpo do indivíduo perante as instituições. As práticas educativas, nesse contexto, exercem função de normalização, no que diz respeito a certos padrões tidos como “ideais”.

Aquino e Ribeiro (2009), compartilhando das ideias de Foucault (2013), verificam a existência de uma governamentalidade nas mais diversas instituições da sociedade, a qual se baseia nos processos de dominação entre os indivíduos, bem como nas relações indissociáveis entre poder e liberdade. Enquanto instituição que contém setores hierárquicos e funções bem definidas de todos os sujeitos que a integram, a escola representa o local onde a liberdade ocorre de forma relativizada e regularizada.

Tal concepção de governamentalidade, ou governamentalização, expressão esta mais utilizada por Aquino e Ribeiro,

[...] justifica-se na medida em que as práticas escolares têm operado deslocamentos múltiplos em relação ao quadro normativo/normalizador dos usos e dos costumes escolares [...]. Trata-se, em suma, da problematização das estratégias de governo da alma tanto discente quanto docente, as quais atuariam, sobretudo, via a convocação psicologizante ao exercício de uma liberdade intimizada e autorregulatória por parte dos sujeitos escolares. (AQUINO; RIBEIRO, 2009, p. 60).

A governamentalização das instituições disciplinares, segundo esses autores, regulamenta os comportamentos e promove o condicionamento do corpo do indivíduo, com o objetivo de atingir a homogeneização de determinado grupo. Ações de contenção, de vigilância e de punição são realizadas, no sentido de se obter maior obediência e submissão por parte do indivíduo sujeito à governamentalização.

Em relação à indisciplina na esfera escolar, Aquino (2011, p. 468) entende que “trata-se de um conjunto de micropráticas transgressivas dos protocolos escolares (sem contar a razoabilidade, ou não, desses), cujos efeitos se fazem sentir imediatamente na relação professor-aluno”. Ao estudar a questão da disciplina no contexto escolar, o autor constatou que, nas últimas décadas, tem-se assistido a discursos normativos dicotômicos e unilaterais – tanto por parte do meio acadêmico quanto do meio docente – que encaram a disciplina escolar única e exclusivamente como sinônimo de obediência, ordem, concórdia e virtude entre docentes e discentes, e a indisciplina, como toda prática que se desvie de tal padrão, devendo, portanto, ser prontamente combatida. Para Aquino (2011), é necessário ter ponderação quanto à dinâmica existente entre a relação docente-discente: ela não se faz essencialmente de forma harmônica ou catastrófica.

O reducionismo da temática (in)disciplina de que fala o autor anterior ocorre igualmente pela dificuldade em se estabelecer uma diferenciação entre indisciplina e violência escolar. A distinção entre ambas estaria na classificação quanto à natureza, à gravidade, à importância/relevância e à consequência de determinada ação. Apesar disso, a linha que separa os dois conceitos é tênue, uma vez que “a violência se confunde, se interpenetra, se inter-relaciona com a agressão de modo geral e/ou com a indisciplina” (CAMACHO, 2001, p. 138).

Também para Amado (2008) o conceito de indisciplina tem sido utilizado de forma ampla e muitas vezes genérica, passando a designar desde ocorrências consideradas “leves” (atraso na chegada à escola) até atos mais “graves” (agressão física). Essa perspectiva, segundo ele, é problemática, na medida em que se pode conferir uma gravidade exagerada a situações menos importantes do ponto de vista disciplinar.

A construção da disciplina, no entendimento de Amado (2008), é condição fundamental para um ensino de qualidade. Longe de ser fundamentada em uma obediência mecânica, a disciplina consiste em formar/educar o aluno para a autodisciplina, por meio de

uma liberdade responsável. O desenvolvimento da disciplina está relacionado com o ambiente e com as condições organizacionais da escola, de modo a proporcionar o alcance de seus objetivos educativos e uma aprendizagem eficaz, pautada na prevenção de indisciplina, quando for necessária.

Como se pode observar, a questão da (in)disciplina tem suscitado diversos debates e discussões, e isso demonstra a preocupação dos pesquisadores em tentar compreender o fenômeno e traçar estratégias que possam minimizar os efeitos da (in)disciplina no âmbito escolar. A partir de agora, focaremos as discussões no que tange à questão no CPTM-Uberaba.

2 Por dentro do CTPM-Uberaba: um olhar para o Regimento Escolar e para os membros da escola

O CTPM-Uberaba foi implantado em 1964⁴ e faz parte de uma rede de mais de 20 colégios militares sediados na capital e no interior do estado mineiro, os quais são mantidos pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) e atendem dependentes legais de policiais/bombeiros militares e civis. Atualmente, o CTPM-Uberaba oferece as modalidades Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, atendendo cerca de 800 alunos (PDE, 2014, p. 3).

O CTPM-Uberaba possui o seguinte organograma administrativo/pedagógico, por ordem hierárquica⁵: Direção Administrativa (Comandante do batalhão onde se encontra a unidade), Comandante do CTPM (oficial da PMMG indicado pelo Comandante do batalhão), Direção Pedagógica e Vice Direção Pedagógica (professores do colégio, com formação específica na área da Educação, eleitos), Secretaria de Ensino (oficiais da PMMG e civis), Monitoria (oficiais da PMMG), Orientação Educacional e Supervisão Pedagógica (SOESP), Corpo Docente concursado por edital específico e Corpo Discente (PDE, 2014, p.11).

Todos os colégios da rede possuem rituais característicos das corporações militares, como o hasteamento da bandeira, a entonação do Hino Nacional Brasileiro e a posição de sentido.

O Regimento Escolar vigente em todas as unidades dos Colégios Tiradentes foi publicado pela PMMG em 2014, com o nome de Regimento Escolar do CTPM. Salvo os ícones que representam brevemente o contexto histórico de cada colégio, o restante do Regimento Escolar é o mesmo para todos os Colégios Tiradentes.

Conforme atesta o Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014, p. 44), o Título VI, “Do Regime Disciplinar”, tem como objetivo “estabelecer as normas disciplinares,

4 Sobre o processo de implantação do estabelecimento de ensino, consultar: OLIVEIRA, A. M. B.; BARBOSA, R. L. L. Um estudo histórico sobre o processo de implantação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG (1964-1968). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 214-234, maio/ago. 2017.

5 Cada unidade da rede CTPM possui basicamente o mesmo organograma.

definir faltas e especificar as sanções ou recompensas a serem aplicadas ao pessoal administrativo, docente e discente”⁶.

Logo após esse esclarecimento quanto à finalidade do Título VI, o Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014, p. 44) esclarece que considera como falta disciplinar “qualquer violação dos preceitos da ética, dos deveres sociais e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento estabelecidos em função do sistema peculiar ao Colégio Tiradentes da PMMG”. À explicação sobre o que representa falta disciplinar, acompanha-se uma série de prescrições, as quais devem ser seguidas por todos os servidores da instituição e pelos alunos.

De acordo com o artigo 142 do Regimento Escolar do CTPM-Uberaba, as faltas disciplinares do corpo discente são classificadas conforme a natureza da gravidade. Assim, são divididas em três graus: leve, média e grave. As faltas disciplinares caracterizadas como leves comportam 9 ícones, as consideradas médias, 25, e as graves, 9.

Como consta no Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014, p. 45), são consideradas faltas leves, principalmente: entrar em qualquer dependência do colégio sem autorização; não manter a devida compostura durante as refeições; alegar doença para esquivar-se de obrigações sem atestado médico; utilizar a dependência do CTPM como local de namoro; comercializar qualquer objeto na escola sem autorização; fazer uso de acessórios não previstos na norma legal, como boné, adereço esdrúxulo, como *pearcing*, cortes, penteados ou tinturas exóticas, além do uso pelos alunos do sexo masculino de brincos e cabelos não aparados; introduzir/distribuir textos de cunho político-partidário ou que atentem contra a disciplina e a moral.

Pode-se verificar que as faltas disciplinares leves englobam temas como o cumprimento do horário escolar, o comportamento, a estética e a comercialização de qualquer produto ou impresso que atentem contra a política disciplinar do colégio pesquisado. É importante observar que é prescrita aos alunos do sexo masculino a utilização de cabelos baixos e curtos, bem aparados, em consonância com o que é exigido nos estabelecimentos militares federais da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

São consideradas faltas disciplinares médias pelo Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014, p. 46-47), principalmente: estimular a indisciplina na escola; comparecer às aulas sem uniforme; não desempenhar as atividades escolares; faltar com a verdade; desrespeitar as convenções sociais ou portar-se sem compostura em lugar público, enquanto uniformizado ou durante a atividade escolar; utilizar-se do anonimato para denegrir a imagem do Colégio, dos alunos ou servidores; espalhar boatos que comprometam os integrantes do CTPM; promover algazarra dentro da escola ou fora

6 Atualmente, há uma proposta da DEEAS de fazer um documento específico que englobe apenas as regras de disciplina escolar direcionadas aos alunos. Esse documento será instituído nos próximos anos com o nome de “Código de Ética do aluno CTPM”, em todas as unidades.

dela, enquanto uniformizado; expor o nome do CTPM ou de algum integrante seu em mensagens que atentem contra a moral; proferir palavras de baixo calão; frequentar lugares socialmente reprováveis, enquanto uniformizado; fazer uso de material sem fins pedagógicos (celular, revistas, guloseimas etc.) dentro da escola; representar o colégio sem estar para isso autorizado; praticar atos de desrespeito aos símbolos nacionais.

Constata-se que muitas das faltas disciplinares consideradas médias estão diretamente ligadas ao procedimento de como deve se portar o aluno. Quando estiver uniformizado, o aluno precisa prestar contas com o CTPM-Uberaba, seja dentro do espaço escolar, seja fora dele. Ao aluno uniformizado, é vedado, por exemplo, frequentar locais que atentem contra os costumes da escola, para que a imagem da mesma não seja denegrida. Enquanto instituição de ensino que visa ao desenvolvimento para a carreira policial militar, o colégio procura vedar, igualmente, atitudes que desrespeitem os símbolos nacionais.

Fica, portanto, evidente o desenvolvimento de uma cultura militar no colégio, onde estão presentes “valores ligados à questão da hierarquia, à padronização da estética discente em consonância com a cultura militar, à disciplina comportamental e à regulação corporal nas manifestações cívicas” (OLIVEIRA, 2017, p. 129).

Com relação às faltas disciplinares consideradas graves pelo Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014, p. 47), cita-se: praticar agressões físicas ou morais contra qualquer integrante do colégio; associar-se a outras pessoas para praticar atos de indisciplina no contexto escolar; introduzir no CTPM materiais nocivos à integridade física; fazer uso de qualquer tipo de droga no colégio; danificar o patrimônio escolar; apossar-se inadequadamente de material alheio; fraudar qualquer documento escolar; ofender a moral; dar trotes.

Pode-se perceber que as faltas disciplinares graves se relacionam a quatro atitudes: violência, fraude, vandalismo e uso de drogas (bebidas alcoólicas, entorpecentes, dentre outros). Todas essas atitudes, segundo o documento citado, colaboram para o comprometimento da ordem e dos bons costumes preconizados pelo colégio e, por isso, devem ser combatidas com maior rigidez.

Observa-se que, no rol das condutas consideradas reprováveis, o Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014, p. 46-47, grifos nossos) destaca a indisciplina como falta disciplinar específica média e grave, uma vez que ela aparece nas expressões “estimular a *indisciplina* na escola” e “associar-se a outras pessoas para praticar atos de *indisciplina* no contexto escolar”, respectivamente. Essa categorização do termo indisciplina como condutas reprováveis específicas, presentes em duas categorias quanto à gravidade (média e grave) e dissociadas das demais condutas, possibilita refletir sobre o que vem a ser considerado como indisciplina para os padrões do regimento. A classificação da indisciplina como faltas disciplinares médias e graves específicas leva a pensar se todas as outras faltas disciplinares (leves, médias e graves) citadas pelo documento são

consideradas – ou não – como indisciplina. O termo indisciplina passa a ser abstrato, na medida em que é difícil compreender, por exemplo, se a falta disciplinar média “promover algazarra dentro da escola ou fora dela, enquanto uniformizado” ou a falta disciplinar leve “entrar em qualquer dependência do colégio sem autorização” são também consideradas condutas indisciplinadas.

Às faltas disciplinares seguem-se as sanções, que devem ser aplicadas conforme a gravidade e/ou reincidência das primeiras. Segundo o Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014, p. 47-48), as sanções abrangem itens que vão desde a advertência oral até a transferência compulsória, podendo o aluno, inclusive ser responsabilizado civil ou penalmente.

O discente não cumpridor das normas impostas, de acordo com o documento, é encaminhado para o Serviço de Orientação Educacional (SOESP), o qual tomará atitudes segundo a natureza da indisciplina. O SOESP do CTPM-Uberaba possui duas orientadoras educacionais, que são as profissionais responsáveis pelos encaminhamentos de alunos que tiveram condutas consideradas indisciplinadas.

A fim de compreendermos a metodologia disciplinar adotada pelo SOESP, foi procurada a orientadora educacional do período vespertino, que se prontificou a colaborar com o estudo, respondendo a um questionário⁷. Concomitantemente ao uso do questionário, foi utilizada entrevista, por entendermos que a coleta de dados com esses instrumentos pode revelar um panorama do colégio em relação à (in) disciplina, pois, como afirmam Lüdke e André (2011), são instrumentos que auxiliam no entendimento da prática escolar cotidiana.

O questionário respondido pela orientadora educacional abarca questões que foram elaboradas com a intenção de tentar compreender a postura do CTPM-Uberaba diante do que vem a ser considerado como (in)disciplina e a prática cotidiana dos alunos em relação ao tema.

A primeira e a segunda questões, “Qual a função do serviço de orientação educacional?” e “Como ocorre o encaminhamento do discente para a orientação educacional?”, respectivamente, têm o objetivo de entender o papel da profissional no ambiente escolar, atentando para sua atuação junto ao aluno, bem como as circunstâncias que levam o aluno a ser encaminhado para a orientação educacional.

Segundo a orientadora, esse cargo “tem como função auxiliar no processo educacional, de maneira ampla, [...] atuando principalmente no âmbito dos temas transversais: ética, cidadania, saúde, meio ambiente e educação sexual”, e o encaminhamento do discente para a orientação educacional ocorre “quando o aluno comete qualquer tipo de falta, [...] onde ele recebe as orientações devidas, faz reflexão do fato ocorrido”, e ainda “todo encaminhamento do aluno ao SOESP (Serviço de Orientação Educacional) ou à direção e vice direção os pais são solicitados para tomarem conhecimento”.

⁷ O questionário foi respondido em março de 2014.

Por meio do relato, a orientadora educacional ressalta a preocupação em auxiliar o aluno no desenvolvimento pessoal e didático para além da sala de aula. Para explicar como ocorre a função de orientadora educacional junto ao aluno, ela utiliza expressões que são encontradas em documentos oficiais, como o “Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI”, quando cita os quatro tipos de aprendizagem propostos pelo relatório coordenado por Jacques Delors (1998), “aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a aprender”, e os *Parâmetros Curriculares Nacionais*, quando menciona os temas transversais “ética, cidadania, saúde, meio ambiente e educação sexual”.

Percebe-se, pois, que sua explicação está em consonância com os discursos oficiais, tanto nacionais quanto internacionais, supondo-se ainda que, para responder a essa pergunta, poderia, eventualmente, ter consultado os documentos citados.

O relato da orientadora educacional mostra que o aluno que possui comportamento contrário às normas adotadas na escola é a ela encaminhado. Ela diz dar a esse aluno as “orientações devidas”, conforme a natureza da falta, sem, contudo, explicitar quais são.

Ao mencionar que o aluno encaminhado ao SOESP deve fazer “reflexão do fato ocorrido”, a orientadora educacional permite entender que tanto ela como a “autoridade competente” possuem uma postura unilateral do ponto de vista dialógico, no sentido de induzir o aluno a reconhecer seu comportamento como reprovável quanto às normatizações do CTPM-Uberaba. Ela ainda comenta que “os pais são solicitados para tomarem conhecimento” sobre o encaminhamento do aluno ao SOESP, o que pode evidenciar uma repreensão para além dos muros escolares, pois, ao comunicar os pais sobre o ocorrido, pode-se esperar que eles tomem alguma atitude em relação ao comportamento do filho.

A terceira e quarta questões buscavam respostas bastante pontuais, pois procuravam saber com exatidão o índice de indisciplina dos alunos durante o ano de 2013 e a ocorrência das faltas disciplinares mais comuns no período citado. De acordo com o relato da orientadora, temos:

Em 2013, realizamos 335 atendimentos. Sendo diversos tipos de atendimentos: por elogios, disciplinar, e orientações diversas. Não tenho o número exato, mas acredito que as faltas disciplinares foram menos da metade, acho que uns 40%. As faltas mais frequentes foram as médias.

O relato da orientadora educacional mostra que os atendimentos realizados no ano de 2013 não se restringiram à questão disciplinar, englobando, também, diversos tipos de orientação, em decorrência das próprias relações interpessoais estabelecidas no cotidiano da escola. Em 2013, foram atendidas 134 ações disciplinares (40% de 335, número total de atendimentos). Considerando que naquele ano estavam matriculados no colégio 398 alunos do 6º ao 9º anos, as ocorrências equivalem a 2,97 por aluno.

Pode-se perceber que as ações consideradas indisciplinadas são significativas dentro do contexto total de alunos.

A quinta questão tinha por finalidade compreender se a política disciplinar adotada, em consonância com as normatizações estabelecidas pela PMMG, faz – ou não – daquela escola um espaço onde a indisciplina é menor, ao compará-la com outras escolas que não possuem a mesma política disciplinar. Para a orientadora educacional:

Acho que sim. Porque este é um colégio que possui princípios militares. Para preservarmos a dignidade e o bom nome do colégio, todos os integrantes do colégio tem de adotar as normas estabelecidas. Não é por acaso que o colégio tem um grande prestígio na cidade. Além disso, tanto os pais quanto os alunos sabem que temos normas diferentes dos outros colégios.

Conforme o relato da orientadora educacional, a grande credibilidade de que dispõe o CTPM-Uberaba é devido à existência de normatizações rígidas que não são encontradas em outras escolas.

A fala da orientadora educacional mostra que o poder disciplinar é visto como fundamental para a preservação da “dignidade e do bom nome do colégio”, na medida em que a imposição de uma autoridade estabelece a regulação comportamental dos alunos. Esse tipo de relação, que Foucault (2013) denomina de “relação de docilidade-utilidade”, ocorre de forma a controlar o indivíduo, tanto física quanto psiquicamente.

Quando menciona que o “colégio tem um grande prestígio na cidade”, a orientadora educacional faz referência à admiração que a comunidade local possui pelo mesmo, a qual pode ser percebida por meio da concorrência na matrícula de discentes filhos de civis e até de policiais militares, da valorização da qualidade do ensino do colégio, bem como do respeito pelo mesmo nos discursos dos moradores e da imprensa da cidade de Uberaba. Essa credibilidade pode ser verificada, por exemplo, em matérias publicadas pelo jornal impresso de maior circulação na cidade, o *Jornal da Manhã*⁸.

Último instrumento de coleta de dados aqui utilizado, a entrevista é empregada também na tentativa de compreender um pouco mais sobre o cotidiano dos alunos em relação à política disciplinar do CTPM-Uberaba e, principalmente, sobre como é a visão deles diante dessa política. Mesmo que o presente trabalho utilize a entrevista de apenas uma pessoa – pessoa esta que possui valores, crenças e modos singulares de ver o mundo – entende-se que essa entrevista poderá elucidar sobre a prática vivenciada no colégio. Lüdke e André (2011) observam que o uso de entrevistas em pesquisas educacionais possibilita muitas vantagens. Dentre elas, destacam-se: a

8 A matéria publicada pelo *Jornal da Manhã*, no dia 04 de fevereiro de 2014, na coluna intitulada “Falando Sério”, certifica isso. Com a chamada “O preço da fama”, a matéria evidencia a concorrência na matrícula dos alunos: “O Colégio Tiradentes de Uberaba paga o preço de estar entre os estabelecimentos de ensino mais respeitados do Triângulo. [...] Três dezenas de dependentes de PMs não puderam ingressar na escola este ano, em diferentes séries, enquanto quase sessenta civis disputaram uma única vaga na 4ª série”. Disponível em:

<<http://www.jmonline.com.br/novo/?colunas,20,FALANDO+S%C9RIO,04/02/2014>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

captação imediata da informação almejada; o tratamento de assuntos pessoais, bem como de temas complexos; o aprofundamento de temas abordados em outros meios de investigação; o alcance a informantes que não poderiam ser alcançados por outros procedimentos de coletas de dados.

Como qualquer procedimento de coleta de dados, o uso de entrevistas requer cuidados e exigências, como o respeito pelo entrevistado (cumprimento do local e do horário marcados, respeito pelos seus valores/crenças, garantia de sigilo e/ou anonimato do informante, se for o caso da pesquisa); o alcance da confiança por parte do entrevistado, para que ele se sinta à vontade para se expressar; a utilização de um vocabulário adequado ao nível de instrução do entrevistado (LÜDKE; ANDRÉ, 2011).

Nesse sentido, foi entrevistada uma ex-aluna do CTPM-Uberaba. Seu último ano foi em 2013, sendo que estudou no colégio do 6º ano do ensino fundamental ao 3º ano do ensino médio. A entrevista ocorreu no dia 31 de julho de 2014, em um café.

Ao ser indagada sobre o que mais gostava no colégio, bem como sobre o que menos gostava, a ex-aluna diz: “Eu gostava mais do ensino... entrei na faculdade, e a maioria dos meus colegas também. O que eu menos gostava era porque era muito rígido”.

De acordo com a ex-aluna, a qualidade do ensino no CTPM-Uberaba é um fator positivo, sendo justificada pela aprovação dos alunos no ensino superior. Essa visão evidencia uma concepção limitada de escola, cuja função seria apenas a de preparar os alunos para exames vestibulares, e não uma função social mais ampla, baseada na “preparação do aluno para o mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumental, por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade” (LIBÂNEO, 2006, p. 39).

Em relação ao que considera um fator negativo no CTPM-Uberaba, a ex-aluna cita a rigidez. Isso mostra como a questão disciplinar é um aspecto que lhe deixou significativas impressões, visto que a fazia rememorar episódios específicos do seu dia a dia enquanto aluna. A ex-aluna relembra alguns desses acontecimentos:

[a normatização imposta] era muito de época. Tinha época deles olharem a meia quando a gente entrava na escola. A gente levantava a calça e tinha que ver se tava com meia branca. Se tivesse algum detalhe, já aconteceu da pessoa ir embora pra casa. Tinha época que eles pegavam no pé por causa da meia, depois nem lembrava de meia mais... No começo do ano era todo mundo muito rígido, e depois foi passando, aí já tirou a redinha do cabelo, aí já liberou a franja.

A fala da ex-aluna demonstra como as exigências para se cumprir as normatizações em relação ao uniforme não ocorriam de forma homogênea ao longo do ano letivo, no sentido de existir um afrouxamento das mesmas com o passar do ano. Ao afirmar que as imposições eram “de época”, a ex-aluna deixa evidente que a política disciplinar do CTPM-Uberaba exercia maior “fiscalização” em ocasiões que julgava mais

“legítima” para tais ações, ou seja, ocasiões nas quais a coerção viria a ter um efeito mais impactante sobre os alunos. O fato de um aluno “ir embora pra casa” devido à utilização de meias que não eram totalmente brancas, e que, portanto, contrariavam as regras prescritas pelo colégio, mostra como se buscava legitimar as ações do poder coercitivo, na medida em que ele “toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 2013, p. 196). Assim, a utilização de meias com detalhes por parte de um aluno – uma atitude aparentemente irrisória do ponto de vista do senso comum – ganha uma conotação distintiva no contexto do regime disciplinar do CTPM-Uberaba.

Conforme pontua Jesus (2011, p. 80), em seu estudo sobre as primeiras décadas do Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia, o estímulo às condutas consideradas apropriadas pela direção da escola se faz necessário para a construção de uma identidade militar, a qual “se instalava, finalmente, quando o aluno incorporava os valores mais sagrados da instituição militar: a hierarquia e a disciplina. A hierarquia e a disciplina são os princípios gerais do militarismo, responsáveis pelo estabelecimento da unidade e da uniformidade da Corporação Militar”.

De acordo com a exposição da ex-aluna, as exigências sobre a maneira como as discentes deveriam utilizar o cabelo eram maiores no início do ano, e foram atenuadas com o passar do tempo. Se, no começo do ano, era obrigatório o uso de determinado acessório no coque (a rede de renda) e proibida a utilização de franjas, mais tarde, essas exigências foram amenizadas: “no começo do ano era todo mundo muito rígido, e depois foi passando, aí já tirou a redinha do cabelo, aí já liberou a franja”.

Ainda no que concerne à regulação da estética dos discentes, a ex-aluna comenta:

As meninas não podiam pintar o cabelo. Na verdade, podia pintar desde que o cabelo ficasse de uma única cor, e tinha que ser uma cor discreta. Se eu chegasse com um vermelho no cabelo inteiro, com certeza eu teria que tirar. Luzes a gente também não podia fazer porque o cabelo não fica de uma cor só. Mas eu dei uma de teimosa e fiz as luzes em setembro [de 2013]. Aí o major veio falar comigo e pediu pra tirar... e eu tive que tirar né... Mas na formatura também eu esbanjei... fui de luzes, furei pearcing no nariz só pra... provocar.

Segundo a ex-aluna, era proibido aos discentes fazerem uso de luzes/mechas no cabelo, porque esta técnica o deixava com mais de uma cor, contrariando a regulamentação do colégio, que primava pela padronização de seus alunos não apenas por meio da vestimenta, mas também pela homogeneização da cor do cabelo. Além de não permitir a utilização de luzes/mechas, a política disciplinar do colégio proibia igualmente a pintura do cabelo com cores consideradas extravagantes para o seu padrão, como a cor vermelha, por exemplo. Observa-se que essa informação vai ao encontro do que consta no Regimento Escolar do CTPM-Uberaba (2014, p. 45), na medida em que é considerada falta leve “fazer uso de [...] penteados ou tinturas exóticas”.

A fala da ex-aluna vai ao encontro de Silva (2008), quando pontua que o cumprimento das normatizações de um colégio militar do estado de São Paulo é destituído de sentido para alguns alunos:

[...] os diversos rituais que, na sua maioria, são impostos, acabam por tornar-se não-significativos para alunos e professores. Monótonos e pobres de sentido, a repetição é utilizada como uma técnica na busca do controle do tempo e dos corpos, uma forma de homogeneizar o grupo, padronizando paixões e comportamentos, buscando garantir a eliminação dos opostos. (SILVA, 2008, p. 95).

Ainda com relação ao relato anterior, percebe-se que a ex-aluna transgrediu as normas impostas pelo colégio, ao fazer luzes no cabelo. Ao afirmar que sua atitude foi “teimosa”, a ex-aluna permite-nos pensar que possuía conhecimento prévio sobre as consequências de tal ação.

Constata-se que, logo após o fim do ano letivo de 2013, último ano em que estudou no colégio, a ex-aluna praticou a mesma ação, ao fazer luzes no cabelo novamente. A ocasião, porém, “permitiu” tal atitude, uma vez que não era mais aluna regular do CTPM-Uberaba e não precisava mais prestar contas ao colégio, não podendo mais ser, portanto, repreendida. Verifica-se que, ao fazer luzes no cabelo e furar piercing no nariz, a ex-aluna tem como intenção chocar, enfrentar, desafiar as autoridades do colégio, além de expor o direito (que entende possuir, a partir do momento em que não é mais aluna regular) de ter liberdade para fazer o que deseja com a sua aparência. Também se pode perceber que a escolha de uma ocasião especial para mostrar o “término” do poder coercitivo sobre a sua pessoa, em que as autoridades do CTPM-Uberaba e os demais sujeitos que compõem o colégio estariam presentes, não foi aleatória. A solenidade escolhida, o seu baile de formatura do 3º ano do ensino médio, representou um rito de passagem, na medida em que serviu para celebrar uma mudança de *status* em sua vida e para mostrar que o regime disciplinar do colégio não mais exercia sobre ela o poder de outrora. Tal relato nos faz refletir sobre qual seria a frequência desse tipo de comportamento entre as alunas.

A entrevista da ex-aluna, bem como o questionário respondido pela orientadora educacional, evidencia que a obediência e o cumprimento das normas estão diretamente associados ao próprio rigor das mesmas e às consequências que um ato indisciplinado pode vir a ter. Em outras palavras, a não transgressão vem acompanhada do receio da repreensão.

3 Considerações finais

A partir do estudo aqui desenvolvido, compreendeu-se que o conceito de *disciplina*, preconizado pelo colégio pesquisado, concorda com a expressão *governamentalização*, sugerida por Aquino e Ribeiro (2009, p. 60), na medida em que representa “estratégias de governo da alma [...] discente” que atuam no “exercício de uma liberdade intimidada e autorregulatória”.

Pode-se depreender igualmente que a dinâmica disciplinar discente do CTPM-Uberaba é caracterizada por relações de obediência e de conveniência para com as normatizações impostas, as quais são valorizadas pela comunidade local e pela imprensa. Essas relações, denominadas por Foucault (1999, p. 164) de “docilidade-utilidade”, se constituem de estratégias que visam ao controle das ações do corpo, sendo responsáveis pela formação de “uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos”.

Foi observado que as faltas disciplinares do CTPM-Uberaba estão relacionadas a atitudes consideradas reprováveis do ponto de vista estético, moral, cívico, social e/ou político, e que as sanções aplicadas, de acordo com a gravidade e/ou reincidência dessas faltas, variam, desde a considerada mais leve – advertência oral – até a mais grave – transferência compulsória do aluno para outra escola. Dependendo da gravidade da infração, os procedimentos a serem tomados transcendem os muros do CTPM-Uberaba, podendo envolver outros órgãos (Conselho Tutelar e Ministério Público, por exemplo).

A coleta de dados, mediante o questionário respondido pela orientadora educacional do período vespertino, bem como pela entrevista feita com uma ex-aluna do colégio, mostrou de que forma o envolvimento de um oficial da Polícia Militar na política disciplinar pode ocorrer, não apenas no sentido de coibir com mais rigor a conduta considerada reprovável do aluno, mas também para a utilização de um poder maior na coerção. Como se verificou, a preponderância dos militares nas decisões do colégio pode ser vista no organograma da instituição de ensino, em que a Direção Administrativa (oficial militar) se sobrepõe à Direção Pedagógica (professor civil eleito).

Não obstante o referido colégio possua características que estão em conformidade com as normatizações impostas pela Polícia Militar de Minas Gerais, o que se observou neste trabalho foi uma nítida valorização da sua política disciplinar por parte da comunidade local e da imprensa da cidade. A valorização da qualidade de ensino e a grande concorrência na matrícula de alunos evidenciam essa credibilidade.

Conforme já observado anteriormente, sem ter o propósito de se posicionar diante da política disciplinar do CTPM-Uberaba, este trabalho também procurou mostrar a prática cotidiana de um estabelecimento de ensino cuja singularidade se faz de forma distinta em relação a colégios que não possuem prescrições militares, singularidade esta que é vista como positiva pela sociedade local da cidade de Uberaba.

Referências

AMADO, J. Construir a disciplina para um ensino de qualidade. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista, v. 4, n. 5, p. 11-26, jul./dez.2008.

AQUINO, J. Da (contra) normatividade do cotidiano escolar: problematizando discursos sobre a indisciplina discente. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 143, p. 456-484, ago. 2011.

_____. Indisciplina escolar: um itinerário de um tema/problema de pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 46, n. 161, p. 664-692, jul./set. 2016.

_____; RIBEIRO, C. R. Processos de governamentalização e a atualidade educacional: a liberdade como eixo problematizador. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 57-71, ago. 2009.

CAMACHO, L. As sutilezas das faces da violência nas práticas escolares de adolescentes. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 123-140, jan./jun. 2001.

COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍCIA MILITAR DE UBERABA. *Plano de Desenvolvimento da Escola*. Uberaba, 2014.

DELORS, J. *et. al. Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo, Cortez, 1998.

FELIPE SOBRINHO, L. M. *Um olhar sobre a indisciplina escolar: o que ela nos revela da educação moderna*. 2014. 60f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2014.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 27. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2013.

_____. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

JESUS, A. R. *Colégio Estadual da Polícia Militar da Bahia - primeiros tempos: formando brasileiros e soldados (1957-1972)*. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

LIBÂNEO, J. C. *Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. 21. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. 13. reimpr. São Paulo: EPU, 2011.

OLIVEIRA, A. M. B. *Leituras, valores e comportamentos: práticas escolares no Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG*. 2017. 146f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017.

_____; BARBOSA, R. L. L. Um estudo histórico sobre o processo de implantação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG (1964-1968). *História da Educação*, Porto Alegre, v. 21, n. 52, p. 214-234, maio/ago., 2017.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. *Regimento Escolar do CTPM de Uberaba*. Belo Horizonte, 2014.

SILVA, Denise Rampazzo da. *Do discurso à prática pedagógica: formas de resistência no Colégio da Polícia Militar*. 2008. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZECHI, J. A. M. *Educação em valores: solução para a violência e indisciplina na escola?* 2014. 279f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

Bases de dados disponíveis on-line e sites da Internet

Banco de Periódicos e de Teses da CAPES.

Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Base de dados bibliográficos da Biblioteca da UNESP.

Disponível em: <<http://www.athena.biblioteca.unesp.br>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Biblioteca Central da UNB.

Disponível em: <<http://www.bce.unb.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Base de dados *Scientific Electronic Library* (SCIELO).

Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

BRASIL. Símbolos Nacionais. Disponível em:

<<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/simbolos-nacionais>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

Serviço de Biblioteca e Documentação da Faculdade de Educação da USP.

Disponível em: <<http://dedalus.usp.br>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Repositório da Produção Científica e Intelectual da UNICAMP.

Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/>> Acesso em: 10 fev. 2018.

Sistema de Bibliotecas da UFMG.

Disponível em: <<https://www.bu.ufmg.br/bu/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Sistema de Bibliotecas da UFRGS.

Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/bibliotecas/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ.

Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Recebido em: 23/11/2016

Aprovado em: 02/04/2018